

PERFIL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES INSTITUCIONALIZADOS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

ANA LÚCIA SPECHT¹; GREICE CARVALHO DE MATOS²; CAROLINE FAGUNDES LOPES³; TANIELY DA COSTA BÓRIO⁴; VIVIANE MARTEN MILBRATH⁵; RUTH IRMGARD BÄRTSCHI GABATZ⁶

¹ Universidade Federal de Pelotas – analspecht@gmail.com

² Universidade Católica de Pelotas – greicematos1709@hotmail.com

³ Universidade Federal de Pelotas – carolineflopes@hotmail.com

⁴ Universidade Federal de Pelotas – tanielydacb@hotmail.com

⁵ Universidade Federal de Pelotas – vivianemarten@hotmail.com

⁶ Universidade Federal de Pelotas – r.gabatz@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

De acordo com o artigo 227 da Constituição Federal de 1988, a família, a sociedade e o Estado, tem o dever de promover a crianças, jovens e adolescentes, o direito à vida, alimentação, saúde, educação, lazer, cultura, dignidade, convivência familiar e comunitária, bem como tirá-los de situações que promovam discriminação, negligência, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 2017).

No ambiente familiar se tem a consolidação das primeiras fases dos desenvolvimentos biológicos, cognitivos e psicossociais e o sujeito constrói suas significações de mundo. É nesse contexto que ocorre ou deveria ocorrer o suporte emocional fundamental para o desenvolvimento do bem estar dos seus membros, no meio social em que estão inseridos (ROCHA; ARPINI; SAVEGNAGO, 2015). No entanto, podem ocorrer desajustes familiares, os quais são considerados como violação de direitos da criança e do adolescente que acabam sendo encaminhados para instituições de acolhimento institucional, como medida de proteção (FONSECA, 2017).

O acolhimento institucional deve ser considerado uma medida de caráter provisório e excepcional. As crianças e os adolescentes que tiveram seus direitos violados são acolhidos com o objetivo de garantir o direito ao crescimento e desenvolvimento social, cognitivo e afetivo até que possam retornar a sua família de origem ou serem encaminhados a família substituta (BRASIL, 2019).

De acordo com um levantamento de dados, no Brasil, entre os períodos de outubro/2019 e maio/2020, 32.791 crianças e adolescentes encontravam-se em acolhimento institucional no país (BRASIL, 2020). As regiões que apresentam o maior número de acolhimentos são Sudeste, Sul, Nordeste, Centro-Oeste e Norte, respectivamente. A prevalência de idade de maior número de acolhidos é de crianças menores de um ano, com 3.957 casos e, somando os casos de acolhimento de crianças de 0 a 11 anos, 11 meses e 29 dias, tem-se o número de 21.573 (BRASIL, 2020). Para adolescentes, que compreendem o período de 12 a 18 anos completos, o número de institucionalizações foi de 10.789 (BRASIL, 2020).

Diante do exposto, torna-se necessário investigar os principais motivos que levam as crianças e os adolescentes ao acolhimento institucional. Por isso, este trabalho tem por objetivo identificar o perfil de crianças e adolescentes institucionalizados, através de uma revisão integrativa.

2. METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa (RI), método de investigação que possibilita sintetizar, através de um processo minucioso e exato um conhecimento

sistemático. A revisão deve ser realizada de maneira que siga princípios determinados de rigor metodológico para o desenvolvimento de pesquisas (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2019).

Esta revisão integrativa foi realizada de acordo com as seis etapas descritas por Mendes, Silveira e Galvão (2019): 1) elaboração da pergunta da revisão; 2) busca e seleção dos estudos primários; 3) extração de dados dos estudos; 4) investigação crítica dos estudos primários incluídos na revisão; 5) sinopse dos resultados da revisão e 6) apresentação da síntese dos resultados (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2019).

Para tanto, buscando seguir os critérios necessários para a construção de uma revisão integrativa, elaborou-se a seguinte questão de pesquisa: o que tem sido publicado nos últimos dez anos (2011- 2021) acerca do perfil de crianças e adolescentes institucionalizados? Esta questão foi criada com o objetivo de conhecer as publicações dos últimos dez anos que abordassem o perfil de crianças e adolescentes institucionalizados. A coleta das informações foi realizada em junho de 2021.

A busca foi feita cruzando as palavras-chave: criança, adolescente, institucionalização, conectadas pelo boleano AND, realizando a busca em três idiomas, alternando as mesmas palavras-chave em português, inglês e espanhol. Utilizou-se como critérios de inclusão: estudos publicados nos últimos 10 anos (2011 a 2021) e artigos originais. Selecionou-se artigos nos idiomas português, inglês e espanhol, considerando as palavras-chave mencionadas. As bases de dados selecionadas para esta revisão foram Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Sistema Online de Busca e Análise de Literatura Médica (MEDLINE) e Index Psicologia. Excluiu-se os estudos que não atendessem ao objetivo dessa revisão.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após aplicar todos os critérios de inclusão já descritos selecionou-se 350 estudos, sendo 113 na base LILACS, 188 no MEDLINE, e 49 no Index Psicologia. A partir de então, realizou-se a leitura de títulos retirando os duplicados, sendo selecionados ao total 49 artigos para leitura de resumos. Ao ler os resumos, com base nos critérios estabelecidos, selecionou-se um total de cinco no Medline, quatro no Lilacs e três no Index Psicologia para leitura completa, conforme a figura 1.

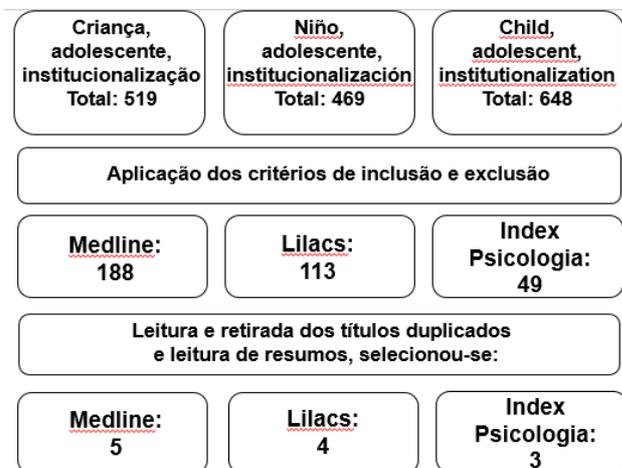


Figura 1: Fluxograma da revisão integrativa
Fonte: as autoras, 2021.

Quanto aos idiomas, identificou-se que seis estudos selecionados eram em português, seis em inglês e nenhum em espanhol. Quanto aos anos de publicação, três estudos são do ano de 2017, dois de 2014, dois de 2012 e nos anos 2013, 2016, 2018, 2019 e 2020 teve-se um estudo selecionado em cada. Dos 12 estudos selecionados, foi identificado que seis tinham abordagem qualitativa e seis quantitativa. Quanto aos objetivos dos estudos selecionados, cinco versavam sobre os motivos que levaram crianças e adolescentes à institucionalização e reinstitucionalização, cinco visaram avaliar os efeitos físicos e psicológicos, em crianças e adolescentes, antes e após a institucionalização, dois abordaram as políticas sociais no amparo às famílias, às crianças e aos adolescentes institucionalizados e um estudo buscou identificar a estimativa do número de crianças e adolescentes institucionalizados em 140 países.

Além disso, classificou-se os estudos através dos níveis de evidência, os quais são divididos em sete categorias. Revisão sistemática e metassíntese; experimentos randomizados ou controlados; experimentos controlados sem randomização; estudo de coorte ou caso-controle; revisão sistemática de estudos qualitativos ou descritivos; estudos qualitativos ou descritivos; opinião de autoridades ou comitê de especialistas (MELNYK; FINEOUT-OVERHOLT, 2005). Sendo assim, foram classificados 10 estudos em nível de evidência VI, um em nível II e um em nível III.

Identificou-se nos estudos como principais motivos que levam crianças e adolescentes à institucionalização negligência, abuso físico, psicopatologia parental, deficiência intelectual, recursos socioeconômicos limitados, abandono, violência doméstica, dependência química dos pais, pais desaparecidos, situação de rua, trabalho infantil e pais em situação de presídio (BAPTISTA et al., 2014; FURLAN; SOUSA, 2014).

Além disso, a vulnerabilidade social vivenciada pelas famílias é responsável por 50% das institucionalizações, estando a extrema pobreza presente nas famílias, fazendo com que sejam alvos de miséria e exclusão social (FURLAN; SOUSA, 2014). Nesse contexto, as famílias muitas vezes são culpabilizadas pelo abandono de crianças e adolescentes, explicitando a falta de políticas públicas eficientes no apoio a essas famílias (OLIVEIRA; COSTA; PENSO, 2017). Destaca-se, portanto, a necessidade de redes de apoio eficazes para essas famílias, a fim de que seja possível trabalharem para gerarem o sustento de seus entes, assim como, terem um local adequado para deixarem seus filhos durante o serviço.

4. CONCLUSÕES

Identificou-se que existem poucos estudos sobre o perfil de crianças e adolescentes institucionalizados, sendo esses necessários para buscar por políticas públicas eficientes para estas pessoas e suas famílias, mostrando a necessidade de ampliar a discussão acerca da temática abordada. Conhecer a produção científica acerca da temática possibilita identificar os principais motivos de institucionalização e o que está por trás deles, auxiliando a enfermagem na elaboração de estratégias voltadas para a assistência e promoção à saúde das vítimas.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição Federal. **Emenda Constitucional nº 96 de 06 de junho de 2017**. Brasil, 2017. Disponível em: encurtador.com.br/sHIJM. Acesso em 06 jul. 2021.

_____. Estatuto da criança e do adolescente. **Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, e legislação correlata**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara; 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/crianca-e-adolescente/estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-versao-2019.pdf>. Acesso em 06 jul. 2021.

_____. Conselho Nacional de Justiça. **Diagnóstico sobre o Sistema Nacional de adoção e acolhimento**. Brasil, 2020. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/05/relat_diagnosticoSNA2020_25052020.pdf. Acesso em 06 jul. 2021.

BAPTISTA, J., et al. The interactive effect of maltreatment in the family and unstable institutional caregiving in predicting behavior problems in toddlers. **Child Abuse & Neglect**, v. 38, n. 2, p. 2072-9, 2014.

FONSECA, P. N. O impacto do acolhimento institucional na vida de adolescentes. **Revista Psicopedagogia**, v.34, n.105, p. 285-96, 2017.

FURLAN, V.; SOUSA, T. R. de P. Família, Acolhimento Institucional e Políticas Públicas: um estudo de caso. **Psicologia Política**, v. 14, n. 31, p. 499-516, 2014.

MELNYK, B. M.; FINEOUT-OVERHOTL, E. **Prática baseada em evidências em enfermagem e saúde: um guia para as melhores práticas**. Philadelphia: Lippincot Williams & Wilkins, 2005.

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. C. P.; GALVÃO, C. M. Uso de gerenciador de referências bibliográficas na seleção dos estudos primários em revisão integrativa. **Texto contexto Enfermagem**, v. 28, Florianópolis, 2019.

OLIVEIRA, T. L. de; COSTA, L. F.; PENSO, M. A. Acolhimento institucional é creche? A reintegração familiar. **Psicologia em Revista**, v. 23, n. 2, p. 626-645, 2017.

ROCHA, P. J.; ARPINI, D. M.; SAVEGNAGO, S. D. O. Acolhimento institucional: percepções de familiares que o vivenciaram. **Arquivos brasileiros de Psicologia**, v.67, n.1, p. 99-114, 2015.